

‘ESTADO DEMOCRÁTICO’ OU ESTADO DE CLASSE?

POR ANDRÉ DANTAS

Na perspectiva do direito constitucional, em linhas gerais, o “Estado democrático” nada mais é do que a garantia das chamadas liberdades constitucionais, que inclui o funcionamento regular das instituições, além do respeito às liberdades civis e aos direitos políticos dos cidadãos. Em suma, estamos falando da observância estrita das regras republicanas do jogo democrático. A despeito do traço formal e marcadamente liberal desta perspectiva, são inegáveis as diferenças, para melhor, desta *forma republicana democrática de Estado* em relação a outras baseadas no poder hereditário ou no autoritarismo sem fachada das ditaduras. No entanto, o reconhecimento desta diferença, especialmente importante no Brasil em função de nossa história recente, não pode perder de vista, (nos parece), as funções desempenhadas e o sentido de existência do Estado no capitalismo, sob o risco fatal de *errarmos na política, pela inexata compreensão do seu significado integral (ditadura + hegemonia)* (GRAMSCI, 2007).

Este é o ponto a partir do qual, acreditamos, o debate deve se desenvolver.

Mas isto exige, antes, que nos posicionemos claramente. Pela perspectiva marxista, portanto, que considera a existência de classes antagônicas e inconciliáveis em essência, o Estado é necessariamente um *Estado de classe*. E como tal, precipuamente existe em função do conflito e para dirimi-lo, nas franjas (e não na essência), em benefício da manutenção do posto das classes dominantes. Dito isto, a defesa e o elogio de um “Estado democrático”, nesses termos, não pode pretender o seu controle pela sociedade civil, como um órgão subordinado a ela, que atenda e execute a vontade da maioria ou que seja manipulável por eficientes mecanismos de gestão – onde supostamente conte mais o grau da eficiência e menos a direção política, de classe, expressa na gestão.

Eis a exigência da retomada do debate estratégico que se nos apresenta, posto que a derrota histórica sofrida pela classe trabalha-



André Vianna Dantas é professor e pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz

dora nas décadas finais do século passado, com a derrocada do socialismo real, nos tem imobilizado, praticamente, desde então. Em que pese a pertinência da recusa dos desvios autoritários de tais experiências socialistas, a democracia burguesa não deve figurar como a alternativa por excelência, se de fato estamos em busca da saúde enquanto conceito ampliado, do socialismo (CEBES, 2015), e não apenas de um *capitalismo democrático* ou do hoje quimérico *Estado de Bem-estar Social*. A presente crise estrutural do capital, instalada entre nós desde fins dos anos 1960 e recheada de potentes agravos, que a tem ampliado seguidamente (a crise de 2008 foi apenas o mais sério dos últimos episódios) não nos autoriza a alimentar ilusões. (MÉSZÁROS, 2015).

E ao contrário do que prega o discurso neoliberal, falacioso, do *Estado Mínimo*, o que vemos é um Estado cada vez mais diretamente presente na dinâmica íntima da reprodução do capital, tornando factível o que Marx e Engels afirmaram em 1848 em tom propositalmente panfletário, isto é, de que *o Estado não passaria de um comitê executivo da burguesia*. Não é casual que, para além da observação atenta da realidade contemporânea, possamos contar com a deferência insuspeita e involuntária aos pensadores alemães, feita recentemente, pelo atual ministro da Fazenda, Joaquim Levy, quando declarou: “O papel do governo é criar o palco para o setor privado desempenhar o seu papel”. (*O Globo*, 12/5/2015).

É URGENTE QUE FAÇAMOS UM RIGOROSO BALANÇO DAS TÁTICAS MAJORITARIAMENTE TESTADAS AO LONGO DO ÚLTIMO CICLO ESTRATÉGICO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA, DOS ANOS 1970 PARA CÁ, QUE PARECEM DAR SINAIS CLAROS DE ESGOTAMENTO

Diante desse cenário, fica ainda mais limitado o *papel corretivo* do Estado (MÉSZÁROS, 2015) na relativa, cirúrgica e interessada amenização das contradições produzidas pelo sistema, posto que também estão crescentemente limitadas as bases materiais para tanto. Isto se reflete diretamente sobre as políticas públicas, ferramentas *corretivas* por excelência, dado que é sobre o fundo público dos Estados nacionais – precisamente a fonte de financiamento de tais políticas – que têm se concentrado os ataques do capital na tentativa de manutenção da sua reprodução ampliada. (TEIXEIRA, 2012).

Isto posto, algumas questões teórico-práticas precisam ser colocadas. A primeira diz respeito ao norte estratégico da luta, se na direção da *reforma* ou da *superação* do sistema do capital. A segunda passa pelo reconhecimento dos limites colocados para as conquistas parciais no interior da ordem vigente, em situação profundamente regressiva e irreversível, de modo a reequilibrar as expectativas e as apostas. E por fim, é urgente que façamos um rigoroso balanço das táticas majoritariamente testadas ao longo do último ciclo estratégico da classe trabalhadora brasileira, dos anos 1970 para cá, que parecem dar sinais claros de esgotamento.

Assim, se estamos falando de um Estado de classe, sua função precípua não pode ser outra senão a manutenção da dominação e não a superação da sociabilidade burguesa. Mas deste ponto pacífico não desdobra, ao contrário do que um vício maniqueísta poderia supor, a improcedência da luta por sua conquista ou pela disputa e ocupação de es-

paços estratégicos no interior da máquina ou da ampliação de suas responsabilidades no atendimento de demandas e bandeiras que representem avanços civilizatórios. É preciso que não sobre dúvida, porém, sobre o caráter parcial e insuficiente desta *tática institucional*, chamemos assim, posto que, se desprovida de norte estratégico, se descolada do movimento orgânico da classe, se isolada em âmbito setorial, estará fadada a continuar produzindo derrota e apassivamento.

Tal balanço tem nos sugerido que a combinação da autocrítica de esquerda em relação aos regimes socialistas com a luta contra a ditadura empresarial-militar, no Brasil, produziu um elogio frouxo e genérico da democracia, como se portadora fosse de um *valor universal*. Em paralelo, mas de forma intimamente associada, erigiu-se um culto ao Estado (compreendido exclusivamente como máquina), bem à moda da *fé supersticiosa* de que falava Engels, como se por seu intermédio, garantida a ordem, fosse possível promover a *emancipação humana* plena. A experiência das últimas décadas no Brasil parece, dramaticamente, confirmar o equívoco desta aposta.

Todo o processo de *reestruturação produtiva* e consequente reforma do Estado, que vêm respondendo à crise estrutural do capital, têm redundado, entre outras muitas coisas, em restrição crescente do orçamento público em benefício do pagamento de juros da dívida pública, redução da fronteira de direitos trabalhistas, abertura de setores estratégicos ao capital estrangeiro, além de processos intensos de mercantilização da vida e privatização do patrimônio e do fundo público. De todos, no entanto, talvez o efeito mais visível e significativo do quadro que tentamos apontar, seja o processo de *financeirização* das políticas sociais, que tem afetado diretamente a saúde, a educação e outros importantes setores que respondem diretamente pela qualidade de vida da classe trabalhadora.

Por esta nova configuração, tais políticas têm sido entregues à iniciativa privada e tomadas como negócio. Há um movimento duplo: para além da entrega do fundo público para o capital privado (objetivo central do processo de *financeirização*), o Estado também transfere a gestão da política, que passa a obedecer à lógica empresarial. Eis a passagem do *usuário de direitos* para o *cliente de serviços*. Ao invés do usufruto do direito, o Estado garante aos sujeitos, em forma de dinheiro, o

acesso ao mercado para que busquem o atendimento de suas necessidades (de saúde, de educação, de moradia e etc.). Na Saúde, este mecanismo se expressa de diversas formas: flexibilização dos modelos de gestão (fundações estatais, parcerias público-privadas, OSs, OSCIPs), subsídios, renúncia fiscal e financiamento direto e indireto ao capital privado. A privatização se dá por dentro da mesma institucionalidade que criou o SUS e que também o subfinancia – prova cabal, nos parece, de que os avanços na institucionalidade, uma vez alcançados, podem regredir no mesmo ritmo e intensidade, se sofrer alterações a correlação de forças. Ao contrário do que está sugerido pela tática institucional, que é reformista, a classe trabalhadora e suas bandeiras representadas no Estado não significam igualdade entre as classes, nem tampouco o alcance de um patamar de equilíbrio entre elas, como se os direitos políticos bastassem para resolver as aspirações igualitárias, preservada a desigualdade estrutural na base econômica, no entanto.

Não se trata, então, de um Estado melhor nem pior o que temos – em que pese o desmerecimento crescente do seu caráter “democrático” formal – mas de um Estado que, como sempre, precisa atender às exigências vitais da reprodução do capital e, portanto, como Estado de classe que é, assim o faz com os meios disponíveis em cada conjuntura específica, sejam eles legítimos ou ilegítimos, com respeito ou não à legalidade e às formalidades jurídicas, com a preponderância do consenso ou da coerção. Isto mostra como não estamos tratando apenas de *gestão* quando falamos de modelos gestão. Relegar o tema a este registro significa uma vitória ideológica do capital, na medida em que os intelectuais orgânicos da burguesia também não estão falando apenas de *gestão* quando falam de modelos gestão.

Se quisermos retomar a questão inicial presente no título desta breve intervenção,

diríamos que mais importante que a *forma* do Estado, sempre conjuntural e afeita às necessidades de momento da reprodução do capital, o que não nos pode escapar é a sua condição de classe, determinante das variadas formas conjunturais, resultantes do conflito. Por fim, é preciso que se diga que o quadro apresentado por nós não absolve a classe e suas lideranças dos fracassos que temos acumulado. Muito ao contrário. O reconhecimento da complexidade da luta e da longa distância a percorrer entre as batalhas cotidianas, parciais, setoriais e a realização plena do objetivo estratégico do socialismo não nos autoriza a regatear no apontamento, desde já, de onde queremos chegar, nem tampouco na formulação e aplicação rigorosa dos métodos de luta para tanto. O último ciclo estratégico da classe trabalhadora, no Brasil, liderado desde a sua origem pelo Partido dos Trabalhadores (PT), parece se encerrar hoje precisamente porque abriu mão do seu norte estratégico e da escolha de seus métodos de luta mais combativos e autônomos, em nome de um *acúmulo de forças* no interior da ordem burguesa que não pretendeu tencioná-la frontalmente, mas sim disputá-la com ferramentas emprestadas pelo próprio inimigo, confundindo *hegemonia* com maioria eleitoral. Tal prática política, é bom que se diga, a despeito de sua profunda crise, mantém-se ainda hoje de pé também no interior do Movimento Sanitário, numa tentativa inglória de preservar o que foi conquistado. Dramaticamente, o *transformismo* (GRAMSCI, 2007) de parte importante de nossas lideranças de classe, que hoje cumprem fielmente a violenta agenda do capital contra os trabalhadores, nos exige que reconstruamos um projeto de esquerda no país, revitalizemos antigos e criemos novos sujeitos coletivos, novas lideranças e reavaliemos, rigorosamente, a curvatura do arco de nossos verdadeiros aliados.

O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS, TEM AFETADO DIRETAMENTE A SAÚDE, A EDUCAÇÃO E OUTROS IMPORTANTES SETORES QUE RESPONDEM DIRETAMENTE PELA QUALIDADE DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

REFERÊNCIAS

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. *Tese para a XV Conferência Nacional de Saúde – Saúde não é negócio nem mercadoria, é direito de cidadania*. Cebes, 2015. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/04/Tese-Cebes-15-CNS_Final.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3 (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SETTI, R. Levy: 'o papel do governo é criar palco para o setor privado desempenhar o seu papel'. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 2015. Caderno de Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/levy-papel-do-governo-criar-palco-para-setor-privado-desempenhar-seu-papel-16130492>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

TEIXEIRA, S. O. "Por trás do fundo menos público, o que está em jogo é a democracia", In: SALVADOR, E. et alli. *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortêz, 2012. p. 181-208.